



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

PROPOSTA N.º 257 /2016

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a Alteração às Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

**Pelouro:** Direitos Sociais

**Serviço:** Departamento para os Direitos Sociais

Considerando:

- A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou as Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de Apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), conforme Deliberação n.º 9/AM/2012, publicada no Boletim Municipal n.º 943, de 15 de março de 2012;
- Com vista ao alargamento das áreas de intervenção social abrangidas pelo Fundo, Infância, Idosos, Deficiências, Violência Doméstica e Combate à Pobreza, as referidas regras foram alteradas passando a incluir, também a Saúde, conforme definido na Deliberação n.º 89/AML/2012, publicada no 2º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 977, de 8 de Novembro de 2012;
- Desde a criação deste Fundo de Emergência, em 2012, a Câmara Municipal de Lisboa concedeu 38 dos 48 pedidos de apoio extraordinários formulados por diversas entidades, no valor total de €2.251.401,20, contribuindo para a estabilização financeira daquelas, para a manutenção da sua capacidade de resposta e, nalguns casos, para o aumento da mesma.
- Da avaliação da execução do Fundo constata-se um impacto positivo no equilíbrio financeiro e na capacidade de resposta das instituições que dele beneficiaram, pelo que se entende que é de proceder ao seu alargamento, designadamente no que se refere:



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

- a) À legitimidade para formular pedidos, permitindo o acesso aos apoios extraordinários não só a IPSS ou equiparadas mas também a outras entidades sem fins lucrativos que realizem actividades de cariz eminentemente social no concelho de Lisboa;
  - b) Ao limite máximo do apoio financeiro, no caso de entidades que desenvolvam respostas essenciais mas que não exijam equipamentos sociais, ampliando-o de forma a que se consiga efectivamente garantir o reequilíbrio financeiro daquelas;
  - c) À finalidade e tipologia dos apoios, admitindo-se, em situações especiais e com simplificação de requisitos, pedidos destinados à realização de pequenas obras não estruturantes mas urgentes e inadiáveis em equipamentos sociais, essenciais para que as entidades consigam manter as respostas desenvolvidas;
- O alargamento da abrangência do Fundo, nas vertentes referidas, importa necessariamente o aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo, de monitorização física/financeira e de recuperação de verbas, estando os mesmos assegurados no projecto de alteração às Regras do FES ora proposto, nos termos do Anexo I à presente proposta;
- As presentes alterações não produzem qualquer impacto nas regras de funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa na vertente de apoio a agregados familiares, aprovadas pela Deliberação n.º 27/AML/2012, publicada no 1º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 951, de 10 de maio de 2012, também elas em processo de revisão e aperfeiçoamento próprio;

Assim, ao abrigo das disposições legais constantes respectivamente, dos artigos 23º n.º 2 alínea h) e 33º n.º 1 alíneas k) e c), todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua actual redação, tenho a honra de propor que, a Câmara Municipal delibere:

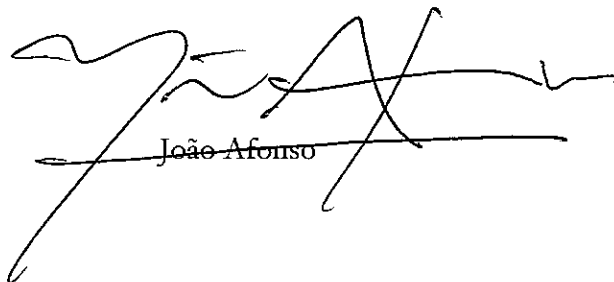


**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão aprove, o projecto de alteração das Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) constante do Anexo I à presente proposta, passando ainda este a designar-se Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos.

Paços do Concelho, aos 19 de Maio de 2016.

O Vereador



João Afonso

Anexos:

I – Projecto de alteração das Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos (versão consolidada);

II – Quadro-resumo das alterações propostas

III – Resumo da execução física e financeira do FES – IPSS 2012-2015



## **ANEXO I**

**PROJECTO DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE LISBOA – VERTENTE DE APOIO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS) E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS**

### **CAPÍTULO I REGRAS GERAIS**

#### *Artigo 1.º*

##### **Âmbito**

**O Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES), na vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos que realizem actividades de cariz eminentemente social no concelho de Lisboa, destina-se a proporcionar apoio financeiro de natureza excecional quando, por causa da crise, tenham sofrido um acréscimo de procura ou uma diminuição da sua capacidade de resposta.**

#### *Artigo 2.º*

##### **Tipologia de apoio**

- 1 - O apoio financeiro de natureza excecional previsto no artigo anterior visa contribuir para manter a capacidade de resposta das entidades nele referidas e que cumpram os requisitos definidos no artigo 3º.**
- 2 - O apoio financeiro a atribuir tem como limite o valor de 20.000 euros, quando a entidade requerente não gerir equipamentos sociais e 100.000 euros, quando a entidade requerente for responsável pela gestão de equipamentos sociais cuja capacidade de resposta careça de intervenção urgente.**
- 3 - O apoio financeiro é pago de uma só vez.**

### **CAPÍTULO II ATRIBUIÇÃO DO APOIO**

#### *Artigo 3.º*

##### **Requisitos de atribuição**

- 1 - Os pedidos de apoio devem obedecer aos seguintes requisitos cumulativos:**

*a)* **Desenvolver atividade no Concelho de Lisboa, nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal;**



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

b) Ter sofrido, na gestão do seu orçamento anual, uma redução de fundos e receitas próprias igual ou superior a 20%, em virtude da contração de donativos, quebra de quotização de associados ou quebra de comparticipações dos utentes, ou um aumento excecional de procura dos serviços que presta, igual ou superior a 20%, em virtude do agravamento das condições de vida dos utentes ou destinatários; ou ambos;

c) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados;

d) Desenvolver um modelo de gestão financeira adequado e sustentável;

e) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objecto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;

2 – Pode ser dispensado o cumprimento dos requisitos referidos na alínea b) do presente artigo desde que o pedido se destine à realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho de Lisboa, designadamente decorrentes de imposição legal, desde que, cumulativamente:

a) O valor solicitado seja inferior a 25.000 euros;

b) A entidade requerente comprove não possuir capacidade financeira para as realizar;

c) Estando em causa a manutenção da resposta social, esta fique garantida com a realização das obras.

3 - As entidades só podem candidatar-se uma vez, em cada ano civil, ao FES de Lisboa.

*Artigo 4.º*

**Sobreposição superveniente**

As entidades que venham a receber, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, quaisquer outros apoios que lhes permitam o desejável reequilíbrio financeiro comprometem-se a devolver à CML a verba dela recebida, na parte que se encontre em sobreposição, no prazo máximo de 180 dias sobre a receção daqueles.

*Artigo 5.º*

**Instrução dos pedidos**

1 - O pedido de apoio extraordinário é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, por escrito, e remetido por correio registado, com aviso de receção, ao Departamento para os Direitos Sociais, sito no Campo Grande, 25, 7.º-A - 1749-099, devendo referir expressamente que se pretende o apoio do Fundo de Emergência Social de Lisboa.



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

2 - A entidade requerente deve quantificar o pedido, indicar os seus fundamentos e instruí-lo com os elementos indicados em anexo.

3 - A apresentação do pedido pode ser feita a todo o tempo e deve ser decidida, desde que o pedido esteja correctamente instruído, no prazo máximo de um mês.

4 - O facto de a entidade requerente ter recebido no mesmo ano apoio financeiro municipal ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa não é impeditivo de apresentar o seu pedido ao Fundo de Emergência Social de Lisboa, desde que estejam cumpridos os requisitos do artigo 3.º.

5 - As entidades requerentes ficam ainda obrigadas à prestação dos esclarecimentos e à entrega de outros documentos que se revelem imprescindíveis à correcta avaliação do pedido, importando a recusa daquelas, desde que devidamente notificadas, a não sequência do procedimento, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

*Artigo 6.º*

**Decisão de atribuição**

Compete à Câmara Municipal decidir sobre a atribuição dos apoios extraordinários no âmbito do FES de Lisboa.

*Artigo 7.º*

**Concretização**

1 - O apoio do FES é atribuído mediante a celebração de protocolo, nos termos do qual as entidades beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano.

2 - A prestação de falsas declarações ou o incumprimento do estabelecido no protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município e implica a devolução total dos montantes recebidos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

3 - Quando o incumprimento, sendo meramente parcial, resultar de ato ou facto não imputável às entidades, é realizada uma retenção de verbas por liquidar ou solicitada a devolução parcial dos montantes já recebidos de forma a repor o equilíbrio financeiro nas prestações de ambas as partes, sendo tida em consideração tanto a componente que fica por executar como os objetivos que ficam por atingir.

4 - Os desvios no cumprimento da componente financeira, designadamente decorrentes da não realização de despesas constantes na candidatura, importam, igualmente, a retenção ou a devolução de verbas na proporção da respetiva execução.



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

*Artigo 8.º*

**Monitorização do apoio**

- 1 - As entidades apoiadas apresentam à CML os respectivos relatórios de contas e de atividades, que devem espelhar a receção e utilização do apoio.
- 2 - A CML informará a Assembleia Municipal sobre os apoios atribuídos e sobre a respectiva monitorização efetuada.

*Artigo 9.º*

**Publicitação obrigatória**

- 1 - A CML publicitará a vigência do FES de Lisboa, e a dotação orçamental para o ano em curso, em todos os suportes de comunicação habituais do Município e a todas as entidades pertencentes à Rede Social de Lisboa.
- 2 - Os destinatários e os montantes dos apoios do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa são publicitados no *Boletim Municipal*.

*Artigo 10.º*

**Gestão orçamental**

- 1 - A CML estabelecerá uma divisão trimestral das verbas anuais do FES de Lisboa a fim de garantir a sua disponibilidade ao longo do exercício orçamental.
- 2 - Se o montante dos apoios a atribuir em cada trimestre ultrapassar a dotação prevista e disponível no orçamento municipal em vigor, a CML decidirá o seu reforço ou o indeferimento dos pedidos pendentes.

**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

*Artigo 11.º*

**Vigência**

- 1 - O Fundo de Emergência Social de Lisboa vigorará até ao final de **2020**, podendo a sua vigência ser mantida após essa data por deliberação da CML.
- 2 - As presentes regras de funcionamento entram em vigor após aprovação pela Câmara e pela Assembleia Municipal e publicação em *Boletim Municipal*.

*Artigo 12.º*

**Omissões**

As omissões das presentes Normas são decididas por deliberação da Câmara Municipal.



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

**Anexo:**

Documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º:

- a) Fotocópia do cartão de identificação fiscal da entidade;
- b) Fotocópia dos Estatutos;
- c) Fotocópia do documento de reconhecimento ou equiparação a IPSS, bem como do respetivo registo definitivo, quando aplicável;
- d) Certidões comprovativas da regularização de contribuições e impostos à Segurança Social e ao Estado, respetivamente;
- e) Fotocópia da ata referente à eleição dos Órgãos Sociais em exercício;
- f) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de identificação fiscal do respetivo representante legal ou, em substituição destes dois documentos, fotocópia do cartão de cidadão;
- g) Plano de Atividades e Orçamento do ano em que se candidatam;
- h) Relatório e Contas do ano anterior;
- i) Demonstração de resultados do período já decorrido no ano de candidatura, quando superior a 6 meses;
- j) Declaração, sob compromisso de honra, em como no presente ano não beneficia e/ou não requereu apoio extraordinário de outras entidades públicas ou privadas para o mesmo objecto e finalidade;
- k) Quando o pedido se destine à realização de obras, documentos onde conste a respectiva memória descritiva e justificativa, orçamento discriminativo (com preços unitários) e cronograma de execução;
- l) Outros elementos que a entidade requerente considere indispensáveis para prova do seu estado de necessidade.





**Câmara Municipal de Lisboa**  
Gabinete do Vereador João Afonso

DAGM  
Prop. nº 257/2016  
Fls. \_\_\_\_\_

**ANEXO II**

(Quadro-resumo das alterações propostas)

**Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos**

| REGRAS EM VIGOR   | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS  |
|---|---|
| <p><b>CAPÍTULO I</b><br/><b>REGRAS GERAIS</b></p> <p><i>Artigo 1.º</i><br/><b>Âmbito</b></p> <p>O Fundo de Emergência Social de Lisboa, criado no Orçamento e Plano de Atividades para 2011, destina-se a proporcionar:</p> <p>a) Apoio financeiro de natureza excecional a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que atuem no Concelho de Lisboa e que, por causa da crise, sofram um acréscimo de procura ou uma diminuição da sua capacidade de resposta;</p> <p>b) Apoio financeiro excecional e temporário a agregados familiares carenciados em situação de emergência habitacional grave.</p>   | <p><b>CAPÍTULO I</b><br/><b>REGRAS GERAIS</b></p> <p><i>Artigo 1.º</i><br/><b>Âmbito</b></p> <p>O Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES), na vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos que realizem actividades de cariz eminentemente social no concelho de Lisboa, destina-se a proporcionar apoio financeiro de natureza excecional quando, por causa da crise, tenham sofrido um acréscimo de procura ou uma diminuição da sua capacidade de resposta.</p>  |
| <p><i>Artigo 2.º</i><br/><b>Tipologia de apoio</b></p> <p>1 - O apoio financeiro de natureza excecional previsto na alínea a) do artigo 1.º, visa contribuir para manter a capacidade de resposta das IPSS e equiparadas que atuem no concelho de Lisboa e cumpram os critérios definidos no artigo 3.º.</p> <p>2 - O apoio financeiro referido no número anterior tem como limite o valor de 10 000 euros, quando a entidade requerente não gerir equipamentos sociais e 100 000 euros, quando a entidade requerente for responsável pela gestão de equipamentos sociais cuja capacidade de resposta careça de intervenção urgente.</p> <p>3 - O apoio financeiro referido nos números anteriores é pago de uma só vez.</p> <p>4 - O apoio financeiro destinado às famílias,</p> | <p><i>Artigo 2.º</i><br/><b>Tipologia de apoio</b></p> <p>1 - O apoio financeiro de natureza excecional previsto no artigo anterior visa contribuir para manter a capacidade de resposta das entidades nele referidas e que cumpram os requisitos definidos no artigo 3.º.</p> <p>2 - O apoio financeiro a atribuir tem como limite o valor de 20.000 euros, quando a entidade requerente não gerir equipamentos sociais e 100.000 euros, quando a entidade requerente for responsável pela gestão de equipamentos sociais cuja capacidade de resposta careça de intervenção urgente.</p> <p>3 - O apoio financeiro é pago de uma só vez.</p> |



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

previsto na alínea *b)* do artigo 1.º, é canalizado através das Juntas de Freguesia, não podendo ser acumulado com quaisquer outros apoios recebidos da CML ou de outras entidades públicas ou privadas, nomeadamente outros apoios habitacionais ou prestações sociais extraordinárias.

**CAPÍTULO II**  
**APOIO ÀS IPSS E EQUIPARADAS**

*Artigo 3.º*

**Critérios de atribuição**

1 - Os pedidos de apoio formulados pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, que atuem no Concelho de Lisboa, devem obedecer aos seguintes critérios cumulativos:

*a)* Desenvolver a sua atividade nas áreas da Infância, Idosos, Deficiências, Violência Doméstica, Combate à Pobreza ou Saúde;

*b)* Ter sofrido, na gestão do seu orçamento anual, uma redução de fundos e receitas próprias igual ou superior a 20 %, em virtude da contração de donativos, quebra de quotização de associados ou quebra de comparticipações dos utentes, ou um aumento excecional de procura dos serviços que presta, igual ou superior a 20 %, em virtude do agravamento das condições de vida dos utentes ou destinatários, ou ambos;

*c)* Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados;

*d)* Desenvolver um modelo de gestão financeira adequado e sustentável;

*e)* Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objecto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas.

2 - As IPSS e equiparadas só podem candidatar-se uma única vez ao FES de Lisboa.

**CAPÍTULO II**  
**ATRIBUIÇÃO DO APOIO**

*Artigo 3.º*

**Requisitos de atribuição**

1 - Os pedidos de apoio devem obedecer aos seguintes requisitos cumulativos:

*a)* **Desenvolver atividade no Concelho de Lisboa**, nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal;

*b)* Ter sofrido, na gestão do seu orçamento anual, uma redução de fundos e receitas próprias igual ou superior a 20%, em virtude da contração de donativos, quebra de quotização de associados ou quebra de comparticipações dos utentes, ou um aumento excecional de procura dos serviços que presta, igual ou superior a 20%, em virtude do agravamento das condições de vida dos utentes ou destinatários, ou ambos;

*c)* Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados;

*d)* Desenvolver um modelo de gestão financeira adequado e sustentável;

*e)* Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objecto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;

2 - **Pode ser dispensado o cumprimento dos requisitos referidos na alínea *b)* do presente artigo desde que o pedido se destine à realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho de Lisboa, designadamente decorrentes de imposição legal, desde que, cumulativamente:**

*a)* O valor solicitado seja inferior a 25.000 euros;

*b)* A entidade requerente comprove não possuir capacidade financeira para as realizar;

*c)* Estando em causa a manutenção da resposta social, esta fique garantida com a realização das



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

|   |   |
|---|---|
|   | <p><b>obras.</b></p> <p><b>3 - As entidades só podem candidatar-se uma vez, em cada ano civil, ao FES de Lisboa.</b></p>  |
| <p><i>Artigo 4.º</i></p> <p><b>Devolução do apoio recebido</b></p> <p>As Instituições apoiadas ao abrigo do Fundo de Emergência Social Municipal que venham a receber, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário que lhes permita o desejável reequilíbrio financeiro comprometem-se a devolver à CML a verba recebida, no prazo máximo de 180 dias sobre a receção dos apoios alheios à CML.</p>  | <p><i>Artigo 4.º</i></p> <p><b>Sobreposição superveniente</b></p> <p>As entidades que venham a receber, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, quaisquer outros apoios que lhes permitam o desejável reequilíbrio financeiro comprometem-se a devolver à CML a verba dela recebida, na parte que se encontre em sobreposição, no prazo máximo de 180 dias sobre a receção daqueles.</p>   |
| <p><i>Artigo 5.º</i></p> <p><b>Instrução dos pedidos</b></p> <p>1 - O pedido de apoio extraordinário referido na alínea a) do artigo 1.º é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, por escrito, e remetido por correio registado, com aviso de receção, ao Departamento de Desenvolvimento Social, sito no Campo Grande, 25, 7.º-A - 1749-099, devendo referir expressamente que se pretende o apoio do Fundo de Emergência Social de Lisboa.</p> <p>2 - A Instituição requerente deve quantificar o pedido, indicar os seus fundamentos e instruí-lo com os elementos indicados em anexo.</p> <p>3 - A apresentação do pedido pode ser feita a todo o tempo e deve ser decidida, desde que o pedido esteja correctamente instruído, no prazo máximo de um mês.</p> <p>4 - O facto de a Instituição requerente ter recebido no mesmo ano apoio financeiro municipal ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa não é impeditivo de apresentar o seu pedido ao Fundo de Emergência Social de Lisboa, desde que estejam cumpridos os critérios do artigo 3.º.</p> <p>5 - As Instituições requerentes ficam ainda obrigadas à prestação dos esclarecimentos e à entrega de outros documentos que se revelem imprescindíveis à correta avaliação do pedido, importando a recusa daquelas, desde que devidamente notificadas, a não sequência do procedimento, nos termos do n.º 3 do artigo 91.º</p> | <p><i>Artigo 5.º</i></p> <p><b>Instrução dos pedidos</b></p> <p>1 - O pedido de apoio extraordinário é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, por escrito, e remetido por correio registado, com aviso de receção, ao <b>Departamento para os Direitos Sociais</b>, sito no Campo Grande, 25, 7.º-A - 1749-099, devendo referir expressamente que se pretende o apoio do Fundo de Emergência Social de Lisboa.</p> <p>2 - A <b>entidade</b> requerente deve quantificar o pedido, indicar os seus fundamentos e instruí-lo com os elementos indicados em anexo.</p> <p>3 - A apresentação do pedido pode ser feita a todo o tempo e deve ser decidida, desde que o pedido esteja correctamente instruído, no prazo máximo de um mês.</p> <p>4 - O facto de a <b>entidade</b> requerente ter recebido no mesmo ano apoio financeiro municipal ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa não é impeditivo de apresentar o seu pedido ao Fundo de Emergência Social de Lisboa, desde que estejam cumpridos os <b>requisitos</b> do artigo 3.º.</p> <p>5 - As <b>entidades</b> requerentes ficam ainda obrigadas à prestação dos esclarecimentos e à entrega de outros documentos que se revelem imprescindíveis à correta avaliação do pedido, importando a recusa daquelas, desde que devidamente notificadas, a não sequência do procedimento, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.</p> |



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

|   |   |
|---|---|
| do Código do Procedimento Administrativo.   |   |
| <p><i>Artigo 6.º</i></p> <p><b>Decisão de atribuição</b></p> <p>Compete à Câmara Municipal decidir sobre a atribuição dos apoios extraordinários no âmbito do FES de Lisboa.</p>  | <p><i>Artigo 6.º</i></p> <p><b>Decisão de atribuição</b></p> <p>Compete à Câmara Municipal decidir sobre a atribuição dos apoios extraordinários no âmbito do FES de Lisboa.</p>  |
| <p><i>Artigo 7.º</i></p> <p><b>Concretização</b></p> <p>O apoio do FES é atribuído mediante a celebração de Protocolo, nos termos do qual as Instituições beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano.</p> | <p><i>Artigo 7.º</i></p> <p><b>Concretização</b></p> <p>1 - O apoio do FES é atribuído mediante a celebração de protocolo, nos termos do qual as <b>entidades</b> beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano.</p> <p>2 - A prestação de falsas declarações ou o incumprimento do estabelecido no protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município e implica a devolução total dos montantes recebidos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.</p> <p>3 - Quando o incumprimento, sendo meramente parcial, resultar de ato ou facto não imputável às entidades, é realizada uma retenção de verbas por liquidar ou solicitada a devolução parcial dos montantes já recebidos de forma a repor o equilíbrio financeiro nas prestações de ambas as partes, sendo tida em consideração tanto a componente que fica por executar como os objetivos que ficam por atingir.</p> <p>4 - Os desvios no cumprimento da componente financeira, designadamente decorrentes da não realização de despesas constantes na candidatura, importam, igualmente, a retenção ou a devolução de verbas na proporção da respetiva execução.</p> |
| <p><i>Artigo 8.º</i></p> <p><b>Monitorização do apoio</b></p> <p>1 - As Instituições apoiadas apresentam à CML os respectivos relatórios de contas e de atividades, que devem espelhar a receção e utilização do apoio.</p> <p>2 - A CML informará a Assembleia Municipal</p>                                       | <p><i>Artigo 8.º</i></p> <p><b>Monitorização do apoio</b></p> <p>1 - As <b>entidades</b> apoiadas apresentam à CML os respectivos relatórios de contas e de atividades, que devem espelhar a receção e utilização do apoio.</p> <p>2 - A CML informará a Assembleia Municipal sobre os apoios atribuídos e sobre a respetiva monitorização</p>  |



**Câmara Municipal de Lisboa**  
Gabinete do Vereador João Afonso

|  |  |
|--|--|
| sobre os apoios atribuídos e sobre a respectiva monitorização efetuada.  | efetuada.  |
| <p><i>Artigo 9.º</i></p> <p><b>Publicitação obrigatória</b></p> <p>1 - A CML publicitará a entrada em vigor do FES municipal e o respetivo montante para o ano em curso através da comunicação social, em todos os suportes de comunicação habituais do Município e a todas as instituições pertencentes à Rede Social de Lisboa.</p> <p>2 - Os destinatários e os montantes dos apoios do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa são publicitados no <i>Boletim Municipal</i>.</p>   | <p><i>Artigo 9.º</i></p> <p><b>Publicitação obrigatória</b></p> <p>1 - A CML publicitará a <b>vigência</b> do FES de Lisboa, e a dotação orçamental para o ano em curso, em todos os suportes de comunicação habituais do Município e a todas as <b>entidades</b> pertencentes à Rede Social de Lisboa.</p> <p>2 - Os destinatários e os montantes dos apoios do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa são publicitados no <i>Boletim Municipal</i>.</p> |
| <p><i>Artigo 10.º</i></p> <p><b>Gestão orçamental</b></p> <p>1 - Para o ano de 2012, a CML estabelecerá uma divisão trimestral das verbas anuais do FES de Lisboa a fim de garantir a sua disponibilidade ao longo do exercício orçamental.</p> <p>2 - Se o montante dos apoios a atribuir em cada trimestre ultrapassar a dotação prevista e disponível no Orçamento Municipal em vigor, a CML decidirá o seu reforço ou o indeferimento dos pedidos pendentes.</p>   | <p><i>Artigo 10.º</i></p> <p><b>Gestão orçamental</b></p> <p>1 - A CML estabelecerá uma divisão trimestral das verbas anuais do FES de Lisboa a fim de garantir a sua disponibilidade ao longo do exercício orçamental.</p> <p>2 - Se o montante dos apoios a atribuir em cada trimestre ultrapassar a dotação prevista e disponível no orçamento municipal em vigor, a CML decidirá o seu reforço ou o indeferimento dos pedidos pendentes.</p>                     |
| <p><b>CAPÍTULO III</b></p> <p><i>Artigo 11.º</i></p> <p><b>Agregados familiares</b></p> <p>1 - Os critérios de atribuição do apoio financeiro excepcional e temporário a agregados familiares carenciados em situação de emergência habitacional grave, previsto na alínea b) do artigo 1.º, serão definidos por proposta da Câmara Municipal e deliberação da Assembleia Municipal, ouvidas as Juntas de Freguesia.</p> <p>2 - Os montantes a atribuir às Juntas de Freguesia ao abrigo do FES de Lisboa serão integrados nos Protocolos de Delegação de Competências da CML nas Juntas de Freguesia de 2012, através de anexo próprio, intitulado Fundo de Emergência Social de Lisboa - Agregados familiares.</p> | <p><b>CAPÍTULO III</b></p> <p><b>DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b></p> <p><i>Artigo 11.º</i></p> <p><b>Vigência</b></p> <p>1 - O Fundo de Emergência Social de Lisboa vigorará até ao final de <b>2020</b>, podendo a sua vigência ser mantida após essa data por deliberação da CML.</p> <p>2 - As presentes regras de funcionamento entram em vigor após aprovação pela Câmara e pela Assembleia Municipal e publicação em <i>Boletim Municipal</i>.</p>       |



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

|   |   |
|---|---|
| <p><b>CAPÍTULO IV</b><br/><b>DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b><br/><i>Artigo 12.º</i><br/><b>Vigência</b></p> <p>1 - O Fundo de Emergência Social de Lisboa vigorará até ao final de 2012, podendo a sua vigência ser mantida após essa data, por deliberação da CML.</p> <p>2 - As presentes regras de funcionamento entram em vigor após aprovação pela Câmara e pela Assembleia Municipal e publicação em <i>Boletim Municipal</i>.</p>  |   |
| <p><i>Artigo 13.º</i><br/><b>Omissões</b></p> <p>As omissões das presentes Normas são decididas por deliberação da Câmara Municipal</p>   | <p><i>Artigo 12.º</i><br/><b>Omissões</b></p> <p>As omissões das presentes Normas são decididas por deliberação da Câmara Municipal.</p>  |
| <p>Anexo:<br/>Documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Fotocópia do cartão de identificação fiscal da Instituição;</li><li>b) Fotocópia dos Estatutos;</li><li>c) Fotocópia do documento de reconhecimento ou equiparação a IPSS, bem como do respetivo registo definitivo;</li><li>d) Certidões comprovativas da regularização de contribuições e impostos à Segurança Social e ao Estado, respetivamente;</li><li>e) Fotocópia da ata referente à eleição dos Órgãos Sociais em exercício;</li><li>f) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de identificação fiscal do respetivo representante legal ou, em substituição destes dois documentos, fotocópia do cartão de cidadão;</li><li>g) Plano de Atividades e Orçamento do ano em que se candidatam;</li><li>h) Relatório e Contas do ano anterior;</li><li>i) Outros elementos que a Instituição requerente considere indispensáveis para prova do seu Estado de Necessidade.</li></ul> | <p>Anexo:<br/>Documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Fotocópia do cartão de identificação fiscal da <b>entidade</b>;</li><li>b) Fotocópia dos Estatutos;</li><li>c) Fotocópia do documento de reconhecimento ou equiparação a IPSS, bem como do respetivo registo definitivo, <b>quando aplicável</b>;</li><li>d) Certidões comprovativas da regularização de contribuições e impostos à Segurança Social e ao Estado, respetivamente;</li><li>e) Fotocópia da ata referente à eleição dos Órgãos Sociais em exercício;</li><li>f) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de identificação fiscal do respetivo representante legal ou, em substituição destes dois documentos, fotocópia do cartão de cidadão;</li><li>g) Plano de Atividades e Orçamento do ano em que se candidatam;</li><li>h) Relatório e Contas do ano anterior;</li><li>j) <b>Demonstração de resultados do período já decorrido no ano de candidatura, quando superior a 6 meses</b>;</li><li>j) <b>Declaração, sob compromisso de honra, em como no presente ano não beneficia e/ou não requereu apoio extraordinário de outras entidades públicas ou privadas para o mesmo objecto e finalidade</b>;</li></ul> |



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

|  |  |
|--|--|
|  | <p><b>k) Quando o pedido se destine à realização de obras, documentos onde conste a respectiva memória descritiva e justificativa, orçamento discriminativo (com preços unitários) e cronograma de execução;</b></p> <p><b>l) Outros elementos que a entidade requerente considere indispensáveis para prova do seu estado de necessidade.</b></p> |
|--|--|



### ANEXO III

(Resumo da execução física e financeira do FES – IPSS 2012-2015)

#### 1. Processos Rececionados por ano

| Ano   | N.º<br>Processos |
|-------|------------------|
| 2012  | 47               |
| 2013  | 28               |
| 2014  | 16               |
| 2015  | 18               |
| TOTAL | 109              |

#### 2. Ponto de situação de todos os processos rececionados desde 2012

| Ano   | Deferidos | Indeferidos | Desistências | Desertos | Activos |
|-------|-----------|-------------|--------------|----------|---------|
| 2012  | 16        | 7           | 2            | 7        | 0       |
| 2013  | 14        | 8           | 4            | 2        | 0       |
| 2014  | 8         | 9           | 3            | 4        | 0       |
| 2015  | 10        | 7           | 2            | 0        | 6       |
| TOTAL | 48        | 31          | 11           | 13       | 6       |

#### 3. Relação entre o Orçamento Previsional e o Executado, por ano

| Ano   | Orçamento Previsional | Orçamento Executado | Taxa<br>Execução |
|-------|-----------------------|---------------------|------------------|
| 2012  | 1.000.000,00 €        | 854.008,08 €        | 85%              |
| 2013  | 1.000.000,00 €        | 673.266,00 €        | 67%              |
| 2014  | 1.000.000,00 €        | 271.857,22 €        | 27%              |
| 2015  | 1.000.000,00 €        | 452.269,90 €        | 45%              |
| TOTAL | 5.000.000,00 €        | 2.251.401,20 €      | -                |





**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

**4. N.º Processos deferidos por área intervenção e por ano**

| Ano   | Combate à Pobreza | Deficiência | Idosos | Infância | Violência Doméstica | Saúde |
|-------|-------------------|-------------|--------|----------|---------------------|-------|
| 2012  | 4                 | 1           | 6      | 8        | 1                   | 3     |
| 2013  | 7                 | 3           | 3      | 4        | 1                   | 3     |
| 2014  | 1                 | 2           | 3      | 1        | 0                   | 4     |
| 2015  | 1                 | 3           | 1      | 2        | 0                   | 2     |
| TOTAL | 13                | 9           | 13     | 15       | 2                   | 12    |

**5. N.º Processos Deferidos por fundamentação do pedido**

| Ano   | Aumento procura serviços $\geq 20\%$ | Diminuição fundos e receitas $\geq 20\%$ | Aumento procura serviços $\geq 20\%$ e Diminuição fundos e receitas $\geq 20\%$ |
|-------|--------------------------------------|--|---|
| 2012  | 8                                    | 6  | 2   |
| 2013  | 4                                    | 10                                       | 0   |
| 2014  | 3                                    | 5  | 0   |
| 2015  | 4                                    | 6  | 0   |
| TOTAL | 19                                   | 27                                       | 2   |

**6. Fundamentação do Indeferimentos dos pedidos**

| Fundamentação do Indeferimento dos pedidos                                     | N.º Processos |
|--|---------------|
| Não comprovada a redução de fundos e receitas e aumento de procura $\geq 20\%$ | 12            |
| Não comprovada a redução de fundos e receitas $\geq 20\%$                      | 6             |
| Não comprovado o aumento de procura $\geq 20\%$                                | 2             |
| Não exerce actividade em Lisboa  | 3             |
| Não é IPSS ou entidade equiparada  | 3             |
| O pedido contraria o disposto em protocolos, acordos ou contratos vigentes     | 2             |
| Para obras de remodelação em futuras instalações                               | 1             |
| Desenvolve actividade há menos de 1 ano  | 1             |
| Não assegura a continuidade do projecto durante pelo menos um ano              | 1             |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

## ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do disposto no artigo 19.º n.º 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 25 de Maio de 2016, as atas, as moções, os votos de congratulação, o voto de louvor, o voto de saudação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 109 e 110 das reuniões de Câmara de 13 e 20 de abril de 2016

**(Aprovadas por unanimidade)**

**Moção n.º 11/2016**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)**

Pela qualidade dos Transportes Públicos em Lisboa, nos termos da moção;

**Votada ponto por ponto:**

### **Ponto 1**

Rejeitado com 11 votos contra (5PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) 1 abstenção (IND. - Sr. Vereador João Afonso) e 1 voto a favor (PCP)

### **Ponto 2**

Aprovado por maioria com 9 votos a favor (5PS, 3IND e 1PCP) e 4 votos contra (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

### **Ponto 3**

Rejeitado com 10 votos contra (4PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) 1 abstenção (1PS - Sr. Vereador José Sá Fernandes) e 2 votos a favor (1IND. – Sr. Vereador João Afonso e 1PCP)

### **Ponto 4**

Aprovado por maioria com 9 votos a favor (5PS, 3IND e 1PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 256/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes)**

Aprovar o Relatório Final do júri do concurso e adjudicar o concurso público com publicidade internacional para a "Concessão de uso privativo para exploração de um conjunto de edifícios existentes na Tapada das Necessidades, em Lisboa" - Processo N.º 12/CPI/DA/CCM//2015 -, à empresa Banana Café Emporium, Lda., nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor         | Contra                       | Abstenções |
|--|-----------------|------------------------------|------------|
|  | 6 (5PS e 1Ind.) | 4 (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 1PCP) | -----      |

**Proposta n.º 257/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a alteração das Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), passando ainda este a designar-se Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 258/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a alteração das Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES) - Vertente de apoio a Agregados Familiares, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 259/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

Aprovar a atribuição de Apoio Financeiro Excecional à Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, no âmbito do FES – Vertente IPSS, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 268/2016**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador João Gonçalves Pereira)**

Aprovar a realização imediata de uma vistoria à encosta do Bairro do Caramão da Ajuda, através de uma equipa multidisciplinar, incluindo a Polícia Municipal, o Regimento de Sapadores Bombeiros, os Serviços de Proteção Civil e a DMPO, nos termos da proposta;

**(Retirada)**

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Ly* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Lisboa, aos 25 de Maio de 2016

O Presidente

*Fernando Medina*  
Fernando Medina

PROPOSTA N.º 257/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE LISBOA (FES) - VERTENTE DE APOIO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS), PASSANDO AINDA ESTE A DESIGNAR-SE FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA - VERTENTE DE APOIO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS) E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 258/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE LISBOA (FES) - VERTENTE DE APOIO A AGREGADOS FAMILIARES, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente em exercício:-** Ponto N.º 5, Proposta 257 do Sr. Vereador João Afonso, quer apresentar? Dispensa a apresentação? Muito bem. Se o Sr. Vereador dispensa da apresentação, temos dois pedidos de palavra., a Sra. Vereadora Alexandra barreiras Duarte, não? Ahh.. Sr. Vereador Carlos Moura.

**O Sr. Vereador Carlos Moura:-** Muito obrigado Sr. Presidente em exercício. Eu tinha aqui uma questão a colocar uma vez que daquilo que nós podemos ler e depreender da proposta, desta Proposta 257 e até por acaso da 258 que é um alargamento do FES , muito amplo daquilo que podemos entender em que a certa altura nossa anexo 1 , no anexo 1 da Proposta 257 se diz; alteração das regras de funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa, vertente apoios a agregados familiares. Aqui prevê-se o alargamento a outras instituições sem fins lucrativos mas nós não conseguimos encontrar que outras organizações sem fins lucrativos diz respeito. E portanto gostaríamos de saber além das IPSS's que estão previstas no anexo 1 da Proposta 257 quais são estas outras entidades que não têm fins lucrativos e que estão aqui mencionadas sem estarem obviamente descritas.

Por outro lado, um alargamento deste tipo parece-nos que seja essencial para esta e para a Proposta seguinte que de fato tivessem um relatório de execução em relação a estas situações uma vez que nós não as conhecemos, não sabemos a menos que depois venha uma outra Proposta sobre este assunto e portanto, de novo pedido de apoio. Não temos a consciência clara do que é

que representa isto para a Câmara Municipal de Lisboa. E portanto entendemos que estas propostas fariam sentido que viessem com relatório de execução sempre que tal se justificasse e nem sequer falo aqui de relatórios anuais, não. Digo, sempre que tal se justificasse em relação a estas instituições, seja no caso da 257 as instituições particulares de solidariedade social e outras instituições sem fins lucrativos seja na 258 na vertente de apoio a agregados familiares.

**O Sr. Presidente em exercício:-** Para efeito até de facilitar a conversa diria que juntamos os pontos não é? do ponto de vista do Sr. Vereador, acabou por inadvertidamente de o fazer. Portanto se alguém tiver no uso da palavra quer o ponto 5, quer o ponto 6, se calhar fazia sentido para depois o Sr. Vereador responder a tudo. Sr. Vereador António Proa.

**O Sr. Vereador António Proa:-** Muito obrigado Sr. Presidente. Era exatamente isso que eu iria fazer. E assim com a anuência de V. Ex<sup>a</sup>. sinto-me mais à vontade para fazer isso mesmo. Ou seja, nós ... em primeiro lugar não queria deixar de passar esta oportunidade para dizer duas coisas. A primeira é que recordo-me bem da criação, da instituição deste Fundo de Emergência Social, foi iniciativa do PSD na Assembleia Municipal no âmbito de um processo de negociação para a viabilização do Orçamento. E enfim, este instrumento perdura e ainda bem porque acho que é um instrumento útil para acorrer em situações de emergência como o próprio nome indica e é um bom instrumento com flexibilidade para ser pronto, a ser utilizado.

Entretanto houve um conjunto de alterações, fruto da experiência obtida, nomeadamente a possibilidade de a Freguesia ter um papel de maior intervenção bem como a especialização do Fundo e nós vemos isso naturalmente com bons olhos, não podia ser de outra forma.

Valia a pena e pegando na preocupação do Sr. Vereador Carlos Moura relativamente à prestação deste fundo. Parece-me que era importante que nós pudéssemos ter informação sobre a execução do fundo, sobre uma avaliação sobre o resultado não só quantitativo como qualitativo deste Fundo. Penso que era algo interessante e importante e até pedagógico e portanto fazia ... deixava este apelo ao Sr. Vereador João Afonso.

Por último, tinha uma nota de carácter mais formal e era uma sugestão de correção que é uma correção que se prende apenas com uma precisão relativa á referência à Legislação aplicável nomeadamente à Lei 75/2013 que foi objeto de uma alteração e ela essa alteração não consta na redação com que está

feita a proposta no considerando, no caso da Proposta 257, é o considerando Sétimo. No caso da Proposta 258 é o considerando Oitavo. Eu se calhar dispensava-me de ler a correção mas desafiando o Sr. Vereador a tomá-la como boa porque é meramente uma precisão, uma correção para precisar a referência à Legislação aplicável e á norma da Lei que está aqui referida . Eu tenho aqui eu pedia se pudesse ser entregue ao Sr. Vereador . Em qualquer caso o Sr. Vereador Fernando Seara faz o favor de passar e fica entregue Sr. Vereador João Afonso. O PSD empenhado em contribuir para a correção formal da Proposta do Sr. Vereador. Essa a sugestão que deixava também. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente em exercício:-** Nós é que agradecemos. Sr. Vereador João Afonso.

**O Sr. Vereador João Afonso:-** Sr. Presidente em funções... Respondendo às duas questões que foram colocadas pelo Sr. Vereador Carlos Moura. Caros Vereadores o que se pretende colmatar no fundo na Proposta Nº. 257, não, 258 peço desculpa. Ou seja o Fundo de Emergência Social damos apoio às IPSS's ou entidades equiparadas. No fundo é dar resposta a um conjunto de solicitações que não foi possível dar resposta e aliás até algumas creio que até tivemos oportunidade inclusive por indicação até questões até levantadas por outros Vereadores nomeadamente também do PCP ou outras organizações que desempenham função social na nossa cidade e prestam serviço à comunidade e que por questões de rotura financeira por sobrecarga das respostas que tiveram que dar ou por diminuição das receitas que tiveram e que pediram apoio ao Município . Muitas delas a perceção inicial imediata era que através do Fundo de Emergência Social seria possível socorrer que é o termo, que mais se aplica a esses casos podendo socorrer-se do Fundo de Emergência Social para estabilizar as suas contas e depois verificou-se que tal não era possível porque não eram instituições privadas de solidariedade social. Apesar, por outros lados terem apoios específicos não só da Câmara mas de outras entidades públicas para desenvolver a sua atividade pública.

Mas não sendo IPSS's como não foi essa a opção como instituição ou método constitutivo, como modelo de organização, não foi possível na forma como ele está definido, o Fundo de Emergência Social. E aqui o que se pretende é até alargar este programa que possam apoiar essas organizações. Portanto são outras entidades sem fins lucrativos que .. mas cuja atividade seja reconhecida. Quer pela Câmara e isso temos vários, por vias de protocolo, por via de

apoios, através de apoios de regulamento do Município de Lisboa de há longos anos. Há várias entidades que pediram já Fundo de Emergência Social

Mas sendo IPSS's estabeleceu-se protocolos de cooperação com o município de Lisboa mas não são IPSS's e portanto não têm apoio de Fundo de Emergência Social. No fundo estamos a falar de Associações, de Organizações não Governamentais mas também temos aqui uma salvaguarda que eu creio que todos os Vereadores têm consciência é que todos os pedidos serão devidamente analisados do ponto de vista de se justifiquem em termos daquilo que serve o Fundo e para além disso todos eles são votados em Câmara e portanto caso considere que não estão de acordo e não cumprem esses objetivos teremos a possibilidade de liberar em Câmara.

Sobre os relatórios compreendo o pedido dos relatórios de execução ou dos resultados que foram alcançados ao longo dos anos quer por um quer pelo outro, compreendo perfeitamente o solicitado e faremos, farei chegar a cada um dos senhores Vereadores os resultados, o que foi feito ao longo dos últimos anos sobre este bom uso do Fundo de Emergência Social.

Tenho que assinalar que o procedimento de verificação, ou seja, aquilo que foi solicitado no último ano, ou seja, desde a última alteração, aquilo que foi solicitado às Juntas de Freguesia permitiu-nos verificar em que foi utilizado o dinheiro. No fundo a que problema deu resposta este apoio? Também nos deu para perceber ao longo deste ano, ano e meio, muitas dificuldades que agora tentamos retificar para melhorar a resposta. Ou seja, na última alteração, nós foi alargando o âmbito de aplicação ou seja, para socorrer não só aos custos das despesas básicas ligadas à habitabilidade mas também outras despesas básicas e por isso no fundo quando dizemos alargar o âmbito a situações de carência económica emergente é porque isso já o estávamos a fazer mas não estava explícito no âmbito imediato. Ou seja, depois na classificação que as Freguesias na apelação davam às respostas depois na prática sistematizavam, diziam que eram fortes carências habitacionais mas era assim uma apreciação lato sensu. Ou seja, na verdade aquelas pessoas se não tivessem o dinheiro ... tinham o dinheiro para uma coisa mas não tinham dinheiro para outra.

Portanto poderíamos dizer que estamos a dar o dinheiro para habitação para eles com o dinheiro que têm poderem sobreviver no dia-a-dia. Quando alargamos o âmbito podemos de fato identificar a que fim é que estamos a dar resposta. Mas farei chegar aos Srs. Vereadores o relatório de execução, quer do fundo de emergência social de apoio a agregados familiares como de apoio a IPSS's ou entidades equiparadas.



Sobre as propostas de melhoria feitas pelo PSD, obviamente estão consideradas desde já. E agradeço.

**O Sr. Presidente em exercício:-** Muito bem. Ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos, Proposta 257, pergunto aos Srs. vereadores quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos, Proposta 258, pergunto quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade quer a Proposta 257, quer 258. Considerando as melhorias tendo em conta os contributos do PSD, dos Srs. Vereadores do PSD.

O Sr. Presidente em exercício pôs as propostas 257 e 258 em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade.